



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Departamento de Antropologia

RELATÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA ABA
GT POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS
INDÍGENAS – SID/ MinC

Prof^a Maria Fátima R. Machado

Brasília, 30/31.03.09

Introdução

A reunião do GT de Políticas Públicas para as Culturas Indígenas (SID/MinC) nos dias 30 e 31 de março, em Brasília, foi a primeira do ano de 2009 e teve como pauta:

1º Dia

- 1 – Balanço das atividades da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (2005-2009);
- 2 – Apresentação da proposta da Nova Lei de Fomento à Cultura (Consulta Pública);
- 3 – Informes sobre a proposta de Museus Indígenas (Museu Nacional/Museu Rondon/Museu Magüta);
- 4 – Informes sobre os Pontos de Cultura Indígenas;
- 5 – Informes sobre o Encontro Sul-americano dos Povos Guarani.

2º Dia

- 1 – A proposta do Fórum/Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas;
- 2 – Balanço do Prêmio Culturas Indígenas 2007 e informes do Prêmio 2009;
- 3 – Apresentação do projeto: Promoção da Cultura e dos Direitos do Povo Guarani (Justiça e Paz/SP e MDS);
- 4 – Apresentação do projeto: Aldeia Multiétnica no Encontro das Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros (GO);
- 5 – Encaminhamentos.

A reunião foi ampliada, com representantes - além dos componentes regulares do GT ¹- dos seguintes órgãos e instituições indígenas e não-indígenas, na condição de convidados: **Arpin-Pan** (o Terena Ramão Vieira de Souza), **Conami** – Articulação, Apoio e Defesa das Mulheres Indígenas (Miriam Terena), **Rede dos Povos da Floresta** (Ailton Krenak), **Funai** (Pedro Ortale), **Funasa** (Marcos Pádua), **Comissão Justiça e Paz/MDA** (Luiz Carlos Fabbri) e **Cimi** (Saulo Feitosa). Embora convidados, não estiveram presentes: **Secretaria de Educação Especial/MEC** (Gersen Baniwa), **Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados** (Presidente: Deputado Luiz Couto) e **Programa de Desenvolvimento dos Povos Indígenas/MMA** (Euclides Macuxi Pereira).

¹ ATIX – Associação Terras Indígenas do Xingu (Makupa Kaiabi); APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Adail Munduruku); IDETI – Instituto de Tradições Indígenas (Jurandir Siridivê Xavante); MUSEU MAGÜTA (Nino Fernandes, do povo Ticuna), MUSEU RONDON – UFMT (Vitor Aurape Peruare, do povo Bakairi); OIT – Organização Indígena do Tocantins (Ivan Guarani); ARPIN/SUL – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Romancil Kretã/Rosane); MUSEU NACIONAL (Prof. João Pacheco de Oliveira); ABA (Profª Maria Fátima R. Machado/UFMT), SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos (Ivaír Augusto dos Santos); IPHAN (Teresa Paiva Chaves – Departamento do Patrimônio Imaterial). Da SID/MinC: Américo Córdula (Secretário); Ricardo A. Barbosa (Sub-Secretário); Marcelo Manzatti (Gerente); Ana Maria Villalba. Da Secretaria de Articulação Institucional do MinC: Maria Cláudia Canto Cabral. Da Secretaria de Políticas Culturais do MinC: Maurício Dantas.

O Relatório de representação da CAI-ABA no GT faz uma abordagem etnográfica dos temas de discussão e procura marcar a historicidade da reunião, considerando o interesse em produzir reflexões posteriores sobre a experiência.

I – Pauta do 1º Dia

1) Foram divulgados dados dos levantamentos do Ministério da Cultura, considerados importantes no Balanço das Atividades da SID, especialmente quanto às duas edições do Prêmio Culturas Indígenas, que foram contempladas com 26,2% dos recursos por “segmento social” atendido (as culturas populares receberam 48,5%, com distribuição dos demais recursos entre os “segmentos” LGBT, Idosos e Ciganos). Os quadros seguintes foram extraídos dos dados oficiais (ver anexos):

Edital Culturas Indígenas SID/MinC– 2005/2008 – Regiões

Regiões	Inscritos	Contemplados	Recursos
1. Sudeste	192 (15%)	27 (15%)	R\$ 540 000,00
2. Sul	163 (13%)	21 (11%)	R\$ 414 000,00
3. Nordeste	270 (22%)	37 (20%)	R\$ 744.000,00
4. C. Oeste	216 (17%)	37 (20%)	R\$ 708.000,00
5. Norte	407 (33%)	62 (34%)	R\$ 1 272 000,00

- de um modo geral, os participantes consideraram positivos os resultados. Houve ênfase na importância das preocupações do GT quanto às questões políticas, inclusive o peso que teve a manifestação da SID, no jornal Folha de São Paulo a favor da demarcação contínua da T. I. Raposa/Serra do Sol, chamando a atenção para os novos desafios que se colocam diante da opinião pública, relacionados a uma espécie de campanha de desinformação quanto às culturas indígenas (“canibalismo ritual”, “infanticídio em aldeias”), que podem reforçar uma visão anti-indígena na sociedade brasileira. Houve a proposta de **manifestações articuladas ABA/MinC**, valorizando as culturas indígenas e combatendo questões que podem estar relacionadas aos problemas com as terras e, dentre outras, até mesmo ao tráfico de crianças.

- a vitória dos índios na Raposa/Serra do Sol foi considerada um marco na história da República e que muita coisa muda a partir daí, lutando contra opiniões contrárias na mídia (com apoio das elites), e que a vitória deu-se através da mobilização e da discussão com os membros do Supremo, que reconheceu a terra indígena e definiu a data da retirada dos invasores. Foi destacado o manifesto de apoio do Secretário e a mobilização junto aos ministros, e a preocupação, depois da vitória, com a elaboração de políticas, planos de sustentação a curto, médio e longo prazo, com metas bem definidas para aquela terra indígena, uma vez que ela vai ficar “na mira da mídia”.

- o representante Ticuna agradeceu os prêmios recebidos pelos jovens da sua região e manifestou preocupação com a proposta de parcerias com os municípios, pois os índios são sempre prejudicados e não têm domínio dos processos de seleção: o Festival de Parintins, por exemplo, tem o folclore do boi e se confunde com um evento relacionado

às culturas indígenas, mas “é tudo imitação de índio”, embora os recursos sejam todos destinados para lá. Na sua visão, a participação indígena tem que ir além do GT, talvez através da presença de um índio no Ministério, administrando junto, para facilitar os encaminhamentos. O Secretário informou que são editais e fontes de financiamentos diferentes, mas os questionamentos dos índios sempre revelam as dificuldades em acompanhar as trajetórias dos recursos pelos diferentes níveis da burocracia (local, regional e nacional). Há a perspectiva no MinC de contar com ao menos um consultor indígena para articular os Pontos de Cultura na SID. Makupa Kaiabi considerou importante ampliar e melhorar o projeto dos Prêmios e revelou satisfação por ver que já haviam sido premiadas quatro etnias no Xingu.

- o representante Kretã enfatizou que o GT deve sempre tomar as decisões como uma “via de mão dupla”, com a SID ouvindo os índios, e houve a observação, por parte da SID, de que os índios devem ter o compromisso de colocar as questões culturais em suas próprias pautas pois, às vezes, elas não chegam “na ponta”, nas aldeias, e que o GT tem que ter funções concretas em relação a isso. Para o representante Terena o GT permite criar mais fôlego, uma vez que a cultura, em várias discussões, é lembrada por último, valorizando as contribuições do Kretã. Ele deu como exemplo das dificuldades a situação dos índios em Mato Grosso do Sul, onde o governo do estado, inimigo dos índios, defende a política maior do agronegócio e a vida dos índios vale menos que a de um boi: lá dizem que “a vida de um boi vale por 80 índios”. Considerou que os “brancos daqui [do GT] são aliados [dos índios], ajudando a chegar nos objetivos; há muitos adversários, mas há também aliados”. Ele lamentou a ausência do MEC nas discussões do GT, pois “a educação é a base, para os filhos, que vão dar continuidade: será que o MEC, a Funai, a Funasa estão mesmo interessados?”.

- o representante da Funai considerou as dificuldades do órgão e informou que o órgão entrou com processo contra os condicionantes da decisão do Supremo, na votação da T.I. Raposa/Serra do Sol, diante dos impedimentos para ampliação das “reservas” indígenas, como é caso, em Mato Grosso do Sul, de Jaguapiry e Bororó, dos Guarani. Sugeriu que, diante das comemorações, no próximo ano, dos 100 anos do SPI, que o GT proponha algo, fazendo reflexões sobre a postura do estado brasileiro. A Funai passa por reestruturação, com o seu PPA, e a Coordenação Geral de Artesanato deve se tornar Coordenação de Cultura. Haverá a reformulação da Artíndia (recursos da renda indígena, há 36 anos), com 7 lojas no Brasil: “o artesanato estará a serviço da diversidade cultural, como símbolos, com informações sobre as peças, como são feitas, a questão do manejo, fundamentadas no princípio da autodeterminação”. A Funai contratou um antropólogo alemão, professor da UFPE e um economista para assessorar as mudanças.

2) A discussão sobre a reforma da Lei Rouanet (ver informações anexo). A proposta é a de que o GT passe para uma nova fase, voltada para um Colegiado/Conselho Setorial, participante do Conselho Nacional de Política Cultural.

- Raio X do Brasil: só 14% dos brasileiros vão ao cinema uma vez por mês; 92% não freqüentam museus; 93% nunca vão a exposição de artes; 78% nunca assistiram espetáculos de dança; e 90% dos municípios não tem cinema, teatros, museus ou espaços multiuso. Um dos exemplos citados, o Museu Magüta, recebe mais estrangeiros para visitaçao do que brasileiros.

- de 2003 a 2007, apenas 3% dos proponentes da Lei Rouanet concentraram 50% do volume captado. Em 2007, 80% dos recursos ficaram concentrados na região Sul e Sudeste (C. Oeste com 11%, Nordeste com 6% e Norte com 3%). De cada R\$ 10,00

captados, apenas R\$1,00 é dinheiro privado. Em 2007, apenas 50% dos projetos aprovados pelo MinC conseguiram captação com as empresas. Mais de 3.000 projetos foram avaliados mas não chegaram ao fim com sucesso, consumindo trabalho dos funcionários e o tempo de espera dos produtores.

- uma das maiores dificuldades nos projetos de captação de recursos voltados para as culturas indígenas está na postura dos pareceristas da CNIC (Comissão Nacional de Incentivo à Cultura). Há dificuldade de entendimento de que a dinâmica cultural indígena é diferente, são outros modelos (por exemplo: inscrição oral, compra de material, como para uma casa de rezas, etc). **A ABA poderia colaborar neste sentido, aproximando o diálogo com os pareceristas.** Com a nova lei, haverá Fundos para a Diversidade Cultural, com uma CNIC especializada nessas questões, com investimentos diretos.

- é fundamental que, para enfrentar as mudanças, haja qualidade de representação indígena no Colegiado Setorial, preparando as comunidades para a apresentação dos projetos, onde os índios tem interesse (Fundo do Patrimônio e da Diversidade). **É importante a colaboração dos antropólogos.**

- o representante Kretã argumentou que a dificuldade dos índios está em ter condições de realizar as consultas “às bases”: o governo abre espaço mas não dá apoio para concretizar as conquistas.

3) Rede de Museu Indígenas. É uma proposta que surgiu da experiência do GT de Culturas Indígenas, através do diálogo entre representantes do Museu Magüta, do Museu Rondon e do Museu Nacional, desde 2006, em torno de um diagnóstico das dificuldades, potencialidades e possíveis complementaridades.

- Exposição da proposta de um encontro preparatório no Museu Nacional, coordenado juntamente com o Museu Rondon e o Magüta, visando a definição inicial da rede (tendo sido levantadas em torno de 20 iniciativas).

- O representante Ticuna relatou as dificuldades enfrentadas pelo Museu Magüta, com ameaça de perder seu patrimônio, depois de uma experiência mal sucedida do CGTT (Conselho Geral da Tribo Ticuna) com a administração dos recursos da saúde indígena/Funasa.

4) Pontos de Cultura Indígena, do Programa Mais Cultura (PAC da Cultura). A SID definiu a Rede Povos da Floresta (uma OSCIP) como parceira para os Pontos de Cultura. Há dois Pontões e foram inscritos 33 Pontos indígenas (no Alto Juruá, Rio Negro, Ianomâmi e Surui). A Rede (coordenada por Ailton Krenak) foi escolhida pela experiência acumulada nas comunidades, para construir um modelo para os 150 pontos previstos dentro do Programa. O objetivo é construir uma metodologia, um projeto piloto. Convidou o projeto Video nas Aldeias (Vincent Carelli) para as oficinas de audiovisual.

- questionamentos quanto à pré-definição da parceria da SID com a Rede Povos da Floresta.. Argumentos da SID: são processos diferentes, não é a proposta de Ponto de Cultura Tradicional, não se está passando os 150 Pontos para a Rede, é um plano piloto. A articulação com a Rede foi por mérito, não houve edital, pois contou a “expertise” (terá que prestar contas de mais de R\$ 5 milhões). Haverá o chamamento de outras OSCIPs para outras regiões, com base no mérito, as condições para a realização e capacidade técnica, com vistas a democratizar a metodologia.

5) Encontro Sul-americano dos Povos Guarani: de 17 a 22 de agosto, para 600 índios. Construção de uma Oti Guaçu. Participação exclusivamente indígena. É mobilização voltada para a comunidade de Dourados, com patrocínio da Lei Rouanet (Petrobrás). Haverá envolvimento das escolas (28 mil crianças e adolescentes, 8 mil guarani e outras etnias de Dourados). Discussão de problemas como o espaço, a presença de 84 igrejas neopentecostais, que levam sérios problemas aos índios. Representação do GT: Adolfo Timóteo Verá Mirim e Ivan Guarani. Articulação de reunião também no Paraguai, com Ministério--, e apresentação de proposta para a Argentina e a Bolívia (com uma grande associação guarani).

II – Pauta do 2º Dia

1) Balanço do Prêmio Culturas Indígenas. Do total de 227 povos (180 línguas), 731 mil índios (na avaliação do Cimi são perto de 1 milhão de índios): em 2006, 121 povos enviaram propostas; em 2007 foram 187. Algumas são iniciativas coletivas, como em S. Gabriel da Cachoeira (22 povos). O projeto de 2007 foi finalizado em dezembro de 2008. O catálogo de 2007 já trabalha por povo, ouvindo as propostas não só da divisão dos povos pela antropologia como também pelos índios. A SID já tem hoje aproximadamente 4 mil endereços indígenas cadastrados. Trabalhou com facilitadores em todo o Brasil (o Cimi, por exemplo, cobriu o Pará).

- o Prêmio tem favorecido as etnias que não são reconhecidas como tais: no Piauí, por exemplo, um povo que foi contemplado levou o prêmio para a Funai, dizendo: “Para o MinC a gente existe, para a Funai não.” O representante Terena, que participou da última comissão de seleção, reconheceu que o processo foi bastante significativo (“a gente que viu todas as iniciativas, comentava: pôxa, se desse para premiar todas...!”). O representante Xavante informou que os Karajá de Aruanã (no Araguaia), estimulado pelo Prêmio, revitaliza a sua cultura.

- a qualidade da seleção de 2007 melhorou muito em critérios e equilíbrio, garantindo uma participação mais expressiva, o que foi associado com a existência de mais oficinas de capacitação. Houve uma ampliação da rede e falta consolidar o Portal. Segundo o Secretário, a proposta tem tido uma grande repercussão no MinC, ao fazer com que os recursos cheguem às comunidades, esse é um dos principais méritos. A construção da metodologia é um aprendizado, para chegar à ponta, o processo está ligado às redes, às associações, sem as parcerias não teria sido possível. As duas publicações relatam as 1.100 propostas enviadas pelos índios e é necessário um trabalho que contemple a riqueza desse material, é uma importante ferramenta de difusão das culturas indígenas. Para o Secretário, é importante que a política da SID não se esgote no MinC, é preciso haver debates nos estados, com a criação de prêmios locais. Lembrou também que é importante considerar a que a premiação é dinheiro público, devendo ser de uso da promoção, valorização e estímulo das culturas.

- A terceira versão do Prêmio. Rodízio das associações indígenas parceiras, com a participação agora da Arpin. O patrocínio da Petrobrás, via Lei Rouanet, havia sido cancelado mas foi acertada a possibilidade de liberação de 2 milhões de reais, o que obriga a organização a potencializar esses recursos, através de: 1) um escritório da Arpin em Brasília (fica mais econômico); 2) trabalhar com a base de projetos já inscritos (nas 1.100 propostas), não abrindo mais candidaturas. Seriam 980 propostas, premiadas através do banco de dados. Haveria o trabalho de refazer os contatos, mas diminuiria os custos. Serão 80 prêmios (podendo aumentar, dependendo dos custos) de

15 mil reais, executando tudo neste ano de 2009, enviando para a CNIC até maio, lançando em junho. Todo o processo deve levar 7 meses.

- **O homenageado da versão 2009 será Marçal Tupã Gurani**, assassinado em Mato Grosso do Sul por defender o seu povo.

- os representantes indígenas consideraram: que a homenagem se dá em um momento oportuno; que algumas comunidades ficarão descontentes por não poderem se candidatar (“vamos escutar o barulho, temos que explicar”); que os catálogos são muito bons, que algumas aldeias relataram “ter sido a primeira vez que receberam alguma coisa do governo brasileiro”; a importância da forma como foi feita a premiação, a aceitação de candidaturas oralmente, burocracia. **Foi considerado que é uma experiência que merece a atenção das academias e dos governos.** O representante da Rede Povos da Floresta considerou que a inovação do Prêmio, no cenário, “é abrir a porta de acesso para os índios, para a inclusão que a agência indigenista [Funai] não faz”, que “é a única política pública que respeita a auto-identificação”, e que. “a importância está na mobilização que isso provoca”.

2) Plano Nacional de Cultura (ver anexos): sugestões para um Plano Setorial com a colaboração do GT. O PNC tem ampla discussão, está alinhado com outras políticas, há vários eixos onde é possível participar. O modelo das Câmaras Setoriais precisam de uma adequação para incluir as culturas indígenas, é preciso propor um novo formato e, considerar, no GT, como constituir o Colegiado Setorial para contemplar o PNC, estabelecer metas, objetivos e ações, para dar um perfil adequado ao Plano Setorial. É uma evolução do GT, um outro estágio, uma oportunidade de, trabalhando direto com o conselheiro, contemplar as expectativas do “segmento” indígena, o que amplia as responsabilidades. Não há modelos fechados para os Planos e Pré-Conferências Setoriais, é preciso construir uma metodologia.

- as representações indígenas consideraram as dificuldades para contemplar os 220 povos; o sistema organizacional é um sistema imposto pelos não-índios; a responsabilidade tem que ficar com as organizações, as cinco presentes no GT. Nas palavras do representante da Rede Povos da Floresta: “essa história de articulação dos povos indígenas é algo adaptado, não é coisa dos índios falar de cultura apoiados em moldes que colocam em nossa cabeça; considerem a possibilidade de pensar em um novo recorte para o futuro, talvez étnico (que reflita identidades) articulado com o recorte geográfico, não somos um sindicato dos índios, há uma tendência no governo de pensar assim e isso contamina os ministérios, [moldando] os índios para pensar de maneira [assim] organizada; todos querem formatar a consulta dos índios em modelos de organização de sindicatos. Eu renunciei [a uma representação, no passado] e disse que o fazia por não querer criar a Central Única dos Índios.”

- em resposta, foi colocado que há autonomia do Colegiado para trabalhar a sua representação, ele é uma instância de articulação política e de possibilidades, e que o esforço do MinC é para dialogar no sentido contrário ao dirigismo, não o remodelamento, trabalhando com as demandas: é preciso pensar se é, realmente, interesse do GT tornar-se Colegiado Setorial e elaborar a política pública que é reflexo desse anseio, envolvendo representantes com perfis adequados para isso, contando, inclusive, com a colaboração de aliados, que não são necessariamente lideranças indígenas, como antropólogos (além de estudantes e pesquisadores indígenas), os que fazem mapeamentos, projetos, que podem produzir subsídios para o Plano Setorial, que deverá aglutinar esforços, pois será um plano para todos os índios, tem que ter

representatividade. O PNC transforma em política de estado o plano do governo, institucionaliza, vira lei, com a votação do Congresso Nacional.

3 e 4) Apresentações de experiências em andamento, relacionadas com as culturas indígenas, em São Paulo e em Goiás, com vistas a parcerias com a SID/MinC.

5) Encaminhamentos. Retorno das representações indígenas para a discussão da proposta do Colegiado Setorial, elaboração de um plano de mobilização (com prazos, datas) e preparação de um texto básico, com um breve diagnóstico, para dar início ao diálogo, para discussão no início de maio.

Conclusão

Como já foi apontado em outros relatórios da representação da ABA, a riqueza da experiência se confirma com os debates dessa reunião, acumulando importantes registros etnográficos e abrindo muitas possibilidades de construção de conhecimento acerca dessas relações entre os próprios índios e entre eles e os segmentos do governo que trabalham com as questões indígenas, especialmente culturais, mas não só, pois envolvem a participação (ou não...) de vários órgãos governamentais (Funai, Funasa, IPHAN, MDA, MDS, MMA e outros). A participação da ABA (e de outros antropólogos) é sempre difícil, considerando tanto as expectativas quanto as limitações decorrentes de visões já consolidadas acerca do papel e dos limites da atuação profissional. Diante da proposta do último item da pauta, a representação da ABA, concordando com o encaminhamento da SID, colocou-se à disposição para colaborar na discussão do texto básico, depois de sua primeira redação pelos próprios índios, uma vez incorporadas as sugestões reunidas em debates nas aldeias.